

Críticas a mudanças na dívida dos estados

por Alexandre Pinheiro
de Brasília

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, afirmou ontem que uma redução de 11 para 9% no limite de vinculação das receitas estaduais para o pagamento da dívida contratual pode dificultar a tomada de novos empréstimos para os estados. Segundo o secretário, a mudança, em discussão no Senado e apoiada pelos governadores, poderia interromper o fluxo de novos recursos para os estados, da ordem de R\$ 500 milhões neste ano e R\$ 530 milhões em 1996.

“A dívida está bem renegociada e não devemos mudar a lei aprovada apenas em razão de circunstâncias momentâneas”, disse o secretário. De acordo com Portugal, as dificuldades fi-

nanceiras dos estados são causadas, principalmente, por dois fatores: o aumento das despesas com pessoal e as operações de Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO) junto às instituições financeiras.

Portugal disse também que o presidente Fernando Henrique Cardoso autorizou a possibilidade de renegociações caso a caso, que irão rever os picos de pagamento da dívida. O secretário explicou que existem picos em junho e em dezembro, decorrentes da rolagem de pagamentos semestrais, e em abril e em outubro, referentes à dívida externa. A dívida contratual dos estados e municípios soma R\$ 27 bilhões e os gastos anuais com o seu pagamento são de R\$ 1,5 bilhão